

BARCARENA LIVRE: A EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA E LUTAS SOCIAIS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS FRENTE AOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO EM BARCARENA/PA

Marcel Hazeu
Solange Gayoso
Nádia Fialho Nascimento
Eunápio do Carmo

RESUMO: Neste artigo apresenta-se o processo histórico de organização e resistência de comunidades tradicionais e organizações de trabalhadores residentes no município de Barcarena (PA) frente à violação de seus direitos socioambientais e territoriais decorrentes da implantação naquele município de um complexo industrial mineral, portuário e de infraestrutura logística desde a década de 1980. Para isso, toma-se como referência a revisão bibliográfica e documental; assim como, o trabalho de campo realizado por uma equipe de docentes da Universidade Federal do Pará (UFPA) durante as atividades de extensão universitária no ano de 2016. Conclui-se que mesmo no contexto da reestruturação produtiva, o protagonismo de comunidades tradicionais e trabalhadores possibilitaram forjar uma organização social e política que fortalece as estratégias de resistência frente ao avanço do grande capital na Amazônia.

Palavras-chaves: Luta Social, Resistência, Conflitos Socioambientais e Territoriais.

Abstract: This article presents the historical process of the organization and resistance of traditional communities and workers' organizations, residents in the city of Barcarena (PA), against the violation of their socio-environmental and territorial rights resulting from the implantation of the mineral, port and infrastructure industrial complex, since the 1980s. In order to do this, we take as a reference the bibliographical and documentary revision, as well as the field work carried out during the activities of university extension in 2016. It is concluded that even in the context of productive restructuring, the protagonism of traditional communities and workers made it possible to forge a social and political organization that strengthens the strategies of resistance against the advance of the great capital in the Amazon.

Keywords: Social Fight, Resistance, Socio-environmental and territorial conflicts.

Introdução

A acumulação de capital na Amazônia brasileira, têm se caracterizado pela exacerbação da exploração do trabalho, a desapropriação das terras e a exploração da natureza. Dentre as diferentes formas de avanço do capital destacam-se, historicamente, os grandes empreendimentos de infraestrutura e logística, agronegócio e mineração, inseridos na lógica do modelo de desenvolvimento em curso no Brasil e que tem provocado conflitos socioambientais e territoriais envolvendo populações tradicionais e trabalhadores, desde a sua fase de instalação até a contemporaneidade. No momento atual do capitalismo mundial, o sistema que articula todas as economias, modos de produção e sociedades em torno da

acumulação do capital (WALLERSTEIN, 2012), tem na acumulação por espoliação (HARVEY,) e a superexploração sua presença marcada na Amazônia.

No município de Barcarena o capitalismo de fronteira e a atuação das empresas capitalistas (com apoio do Estado Brasileiro) tem provocado desastres ambientais e sociais a longo dos 37 anos de implantação do complexo industrial. Para se ter uma amostra do problema sobre os desastres ambientais, como aquele ocorrido em Mariana/MG em novembro de 2015, nos últimos 16 anos foram identificados 23 desastres em Barcarena/Pa, envolvendo naufrágios, derramamento de lama vermelha, caulim, óleo, soja, contaminações da água, terra e ar, entre tantos outros. Todos trazendo consequências gravíssimas para a saúde dos habitantes do município, causando danos na maioria das vezes irreversíveis e definitivos na vida das pessoas e no meio ambiente. A instalação do complexo portuário-industrial, também, já provocou, segundo Hazeu (2015) o deslocamento compulsório de cerca de 2.582 famílias (ou 10 mil pessoas).

De um lado, os principais atingidos são comunidades tradicionais que mantêm uma relação direta com a natureza e sofrem com a poluição e contaminação dos rios, infertilidade dos solos e a poluição do ar. Por outro lado, os trabalhadores vinculados ao complexo industrial mineral também sofrem as consequências da terceirização, realização e exposição longa às atividades laborais perigosas à saúde humana.

Nesse contexto, de sofrimento humano e desestruturação da vida social causada pelos desastres socioambientais e laborais, que provocam efeitos na reprodução social das famílias e nas suas formas de organização social, a resistência, construída no cotidiano e tonada pública em momentos decisivos ao enfrentamento do capital, se mostrou forte e importante para manutenção dos modos de vida e da proteção dos trabalhadores. A resistência que se constrói no cotidiano, nos pequenos atos de desobediência, de contradiscursos, as inobediências práticas e recusas públicas (SCOTT, 2013) e que ganhando um caráter coletivo podem se tornar movimentos sociais: “ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais *que* politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil” (GOHN, 2000, p. 13)

O presente artigo traz uma reflexão sobre a organização dos movimentos sociais, no enfrentamento aos efeitos devastadores provocados pela instalação da indústria minero-metalúrgica e infraestrutura portuária no município de Barcarena. Para isso, adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, assim como a pesquisa de campo realizada junto as comunidades tradicionais e sindicatos de trabalhadores, no âmbito das atividades de extensão universitária no ano de 2016

MOVIMENTOS SOCIAIS, LUTAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL: resistência e mobilização política no município de Barcarena.

Diversos estudos da sociologia apontam que a partir de meados da década de 1960, as mobilizações sociais organizadas em movimentos intensificaram-se pela Europa, Estados Unidos e América Latina. Após 1968 esses “novos movimentos sociais” começaram a questionar a ordem social e a partir da década de 1970 e início de 1980 se colocaram no enfrentamento dos regimes ditatoriais, tanto na América Latina quanto na Europa oriental.

Surgem fora do contexto oferecido pelos partidos políticos, tornando-se protagonistas na luta por direitos e justiça social possibilitando que “novos personagens entrem em cena”, numa expressão de Eder Sader (1988). Personagens que eram tidos como forças sociais do passado sem expressão na cena política da modernidade capitalista. Contudo, com eles surgem uma diversidade de formas de lutas que emergem na cena pública organizados em grupos sociais denominados ou autodenominados povos originários ou “povos/comunidades tradicionais”.

No Brasil e especialmente na Amazônia, Almeida (2004) identifica a existência desse processo desde meados de 1988 a partir da aglutinação de grupos sociais diferenciados, que têm se organizado em “unidades de mobilização”², em todo o país, com elevado grau de coesão em suas práticas. Tais unidades de mobilização compõem-se a partir de critérios diferenciados e objetivam garantir o controle sobre determinados “domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade e, inclusive para alguns, à sua afirmação étnica”. (ALMEIDA, 2004, p. 23 -24).

Diversos grupos sociais encontram-se em processo de construção e reconhecimento de suas territorialidades e identidades coletivas fazendo uso de formas de luta diferenciadas daquelas prevalentes nas décadas de 1970 e 1980, evidenciando estratégias num contexto de

¹Tais atividades estão vinculadas ao Programa de Extensão Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais (MapSocial) e ao Grupo de Estudos Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA) executado por professores/pesquisadores vinculados à Faculdade de Serviço Social- FASS e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA/UFPA, em parceria com o Grupo de Estudos GETAM/NAEA/UFPA, que desenvolve trabalhos no município de Barcarena com lideranças das comunidades e sindicatos. Os dados apresentados no artigo são reflexão deste trabalho se enquadram no artigo 1, parágrafo único, inciso VII da resolução 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

²O conceito de “unidades de mobilização” é proposto por Almeida e refere-se “à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios”. (Almeida, 2006, p. 25)

redefinição dos padrões de relação política e seus correspondentes processos de territorialização, registrados seja nas cidades ou nas áreas rurais. A partir desse período observa-se então um processo intenso na Amazônia de emergência de diferentes movimentos sociais - protagonizados por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, quebradeiras de coco, etc - que lutam pela afirmação de suas identidades e defesa de seus territórios e modos de vida, num movimento contínuo de organização e resistência contra os agentes sociais que ameaçam sua existência como povos tradicionais. Nessa perspectiva ultrapassam “o sentido estreito de uma organização sindical, incorporando fatores étnicos e critérios ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva” (ALMEIDA, 2004).

É nesse contexto geral que podemos falar da organização dos movimentos sociais em Barcarena, de sua história de enfrentamento de lutas contra os efeitos da implantação do complexo industrial na vida cotidiana das comunidades tradicionais e dos trabalhadores migrantes e não migrantes que passaram a fazer parte do quadro funcional das empresas que lá se instalaram.

O surgimento e formação dos movimentos sociais em Barcarena estão intrinsecamente ligados à instalação das grandes empresas e portos em Barcarena que ao invadir a vida das populações provocaram mudanças que se fizeram sentir em todos os campos, no modo de vida, do modo de produção e de trabalho e nas formas de relação social que prevaleciam nas comunidades (PALHETA, 2005). No processo de constituição dos movimentos sociais em Barcarena que se organizaram na luta frente as desapropriações de suas terras é necessário considerar a presença de assessorias internas e externas ao município, como a igreja católica, sindicato dos trabalhadores rurais, Universidade Federal do Pará, o Ministério Público Estadual e Federal e algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Internacional de Educação no Brasil (IEB).

A partir da década 1970, com as grandes transformações no território de Barcarena, com a violenta chegada e implementação do complexo portuário-industrial-logístico e urbanístico nasceram novas formas e lógicas de organização da resistência. A formação dessas organizações ocorreu dentro de um campo de forças envolvendo agentes com interesses e estratégias muito diversas. O Estado, através de instituições federais e estaduais como, por exemplo, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará (CDI) e Companhia do Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) coordenou a implantação e funcionamento das indústrias e portos, assumindo a negociação e pressão junto às

comunidades, sem existência na época de políticas sociais para ser acionadas, atuando, negociando e pressionando diretamente os moradores.

A regularização fundiária foi imposta para poder des-re-apropriar os territórios dos moradores e estimulou-se a organização de associações de moradores para facilitar as negociações e registros. As empresas visaram a implantação e funcionamento mais eficiente e lucrativo possível, dentro de estratégias de contenção da tendência à queda da baixa de lucros na sociedade do capital e investiram em relações com as comunidades através serviços, projetos e favores oferecidos, inclusive a fundação de certos centros comunitários e sua manutenção. Este investimento visava tanto a organização de produção subsidiária, como roupas e alimentos para os trabalhadores nas empresas, por parte das comunidades para o funcionamento das empresas quanto a pacificação de possíveis resistências. O controle das resistências por parte das empresas se baseia, tanto na repressão do Estado, quanto com a intervenção direta na criação e gestão de associações de moradores, centros comunitários e sindicatos.

Ainda na década de 1970 a organização social nas comunidades em Barcarena se apresentava dentro de dinâmicas de relações familiares e territoriais que se expressaram através de atividades coletivas (mutirão) e participação em igrejas, o que garantia de certa organicidade entre os moradores. Não se tratava de movimentos sociais ou associações, formalmente registrada ou institucionalizada (MAIA, MOURA, 1989), até porque a época da regime militar não era oportunidade política para movimentos sociais se organizar e manifestar explicitamente

Esta forma de organização mudou no início da década de 1980, ainda em plena ditadura militar, pela implantação das obras de construção do porto da Vila do Conde, Alunorte, Eletronorte, Vila dos Cabanos e posteriormente as demais empresas. Mais de 500 famílias foram forçadas a sair dos seus territórios, perdendo os laços da organização comunitária e sendo dispersadas para outros locais de moradia. Este movimento levou a uma reação daqueles moradores tradicionais através da fundação em 1984 da Associação dos Desapropriados de Barcarena (ADEBAR), junto com o Sindicato de Trabalhadores Rurais para renegociar os termos de desapropriação, deslocamentos forçados, reassentamentos e indenizações, “com o objetivo principal de recuperar o valor justo de suas benfeitorias, congregar os expropriados e repassar as experiências para outros moradores que se sentem ameaçados por novas invasões nos sítios existentes no município” (PALHETA, 2005, p. 55). A ADEBAR impulsionou o fortalecimento de outros movimentos.

Forçadas a sair, algumas famílias tradicionais permaneceram em suas terras, sendo constantemente expulsas, e outras, mesmo tendo sido deslocadas “continuavam realizando seus roçados, fazendo sua farinha e “batendo” o seu açaí (proveniente de seu território) por muitas vezes às escondidas (PALHETA, 2005).

Nos “novos lugares” para onde as pessoas eram deslocadas, como os bairros de Laranjal e Vila Nova, os moradores formaram centros comunitários, enquanto o mesmo acontecia em comunidades ameaçadas com desapropriações e deslocamentos forçados, como a comunidade São Lourenço.

Além da atuação do Estado, as empresas também se fizeram ativamente presentes nas desapropriações e nos centros comunitários e associações, como mostrou Vasconcelos (1996) sobre a ação da Alunorte no Centro Comunitário de São Lourenço onde se direcionavam as atividades a oferecimento de cursos, trabalhos coletivos (mutirões) e intermediação de serviços entre comunidade e empresas, sem assumir um papel mais reivindicatório e combatente: “O controle que a fábrica Albrás/Alunorte exerce sobre o Centro, através do trabalho que realiza junto à sua diretoria, sempre procurando direcionar as reivindicações para atender seus interesses” (VASCONCELOS, 1996, p, 43) e até através de inserção direta de pessoas vinculadas à empresa na própria diretoria.

Teixeira e Oliveira (1995) identificaram esta estratégia direta das empresas nas comunidades através dos seus centros comunitários. Havia diversos interesses, como a hegemonia no contexto das lutas e organização dos trabalhadores; diminuição do seu custo global de produção, isenção de imposto, transferência de responsabilidades de impactos ambientais, recaindo sobre as micro-empresas comunitárias; além de diminuir o seu custo global de produção ao ter atendido a sua demanda por determinados serviços necessários ao conjunto de atividades dos empreendimentos.

Nesta formação de associações nas novas e velhas comunidades, com maior ou menor grau de interferência do poder público e Estado, uma experiência de resistência ao deslocamento e desagregação forçados se tornou uma referência para as demais lutas. Nos anos 1990, com a chegada de novas empresas³ à comunidade tradicional da Montanha, situada na beira do rio Pará, foi forçada a sair do lugar pela empresa Pará Pigmentos. Sabendo dos impactos que os moradores de outras comunidades sofreram nos deslocamentos, a

³ Além do beneficiamento da bauxita pela Albras/Alunorte e do caulim pelas empresas IMERYS Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, o município passou a sediar aVOTORANTIM na fabricação de cimento, a USIPAR na produção do ferro gusa, a ALUBAR na fabricação de cabos de alumínio, a BUNGE na fabricação de adubos, a BURUTIRAMA, na fabricação de lingotes de manganês, a TECOP, na produção de coque de petróleo e os mais recentes portos da TERFRON e da HIDROVIAS DO BRASIL para exportação de soja (FIALHO NASCIMENTO; HAZEU, 2015)

comunidade se organizou para garantir reassentamento coletivo com garantia de direitos num novo lugar chamado Curupeté, como acompanharam e analisaram Fialho Nascimento (1999) Carmo (2010) e Hazeu (2015). Organizaram-se na Associação dos Trabalhadores Rurais de Curupeté (ASTRC) em 1991 com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena (STRB) e as assessorias da Comissão Pastoral da Terra (CTP) e Universidade Federal do Pará (UFPA)/Curso de Serviço Social através da extensão universitária. (PALHETA, 2005).

Mesmo organizado, as famílias sofreram novo deslocamento (coletivo) do lugar (Curupeté) onde foram reassentados até um novo lugar (Vida Nova). A negociação sobre este novo deslocamento dividiu a comunidade e deixou novas marcas e traumas profundos. A formação da resistência por parte das famílias da Montanha se pautou num processo necessário e forçado de aprendizagem na prática do deslocamento, como mostra Carmo (2010), em seu estudo desta comunidade deslocada duas vezes seguidas, da Montanha para Curupeté e de Curupeté para as comunidades Nova Vida e Massarapó. Ele chama esta aprendizagem de “pedagogia do deslocamento”, com dimensões de *luta por direito, solidariedade e compreensão do mundo*⁴.

Os sentidos dados aos deslocamentos são diversos. Entre as perdas, a dor e a lamentação, o deslocamento é também uma possibilidade de mudança e aprendizado. Mas é um aprendizado que mantém a sombra permanente da insegurança, revelada na pergunta de Miqueias, morador de Nova Vida: “Quando nós vamos parar em um local definitivo?” (CARMO, 2010b, p. 193).

No decorrer das décadas seguintes muitas novas empresas se instalaram e muitas famílias foram deslocadas através de processos violentos, desrespeitosos e traumatizantes. Nem todos estes processos têm levado a novas resistências. A disputa mais emblemática ocorre neste momento no chamado Distrito Industrial, criado para instalação de novas empresas e do qual já muitas famílias foram deslocados, mas onde ainda permanecem mais que 1500 famílias, ameaçadas por novos empreendimentos e sofrendo com a poluição. Esta permanente ameaça, poluição e deslocamentos levaram à formação de um grupo de trabalho com algumas lideranças e fortes divergências dentro das comunidades e até entre as famílias sobre os rumos e formas de luta.

⁴ O espaço pedagógico é o vivido na prática da conscientização, para que o indivíduo se torne sujeito político da sua história. Ao se (re)apropriar do território, os seus membros tomam consciência das implicações do seu uso e das disputas a enfrentar para continuar mantendo a sua territorialidade (CARMO, 2010, p. 192).

Além das comunidades tradicionais e deslocadas, outras comunidades de famílias não originárias também se formaram, em busca de terra e casa. Elas disputam áreas dentro e fora do núcleo urbano da Vila do Cabanos. Espontâneo ou sob liderança de grupos específicos (como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar -Fetraf) elas tem ocupado algumas dessas áreas (como as comunidades Murucupi e Fazendinha). Os grupos estão em conflito e em negociação com o Estado, responsável pela questão fundiária das áreas, e ocorrem conflitos entre os diferentes grupos.

Com o funcionamento da indústria e portos, a ocorrência de dezenas de desastres ambientais e a poluição diária, os centros comunitários e novas organizações não governamentais (como o Instituto Barcarena Socioambiental) tem se mobilizado, pontualmente, com manifestações contra os acidentes e ações na justiça por indenizações. Este movimento tem levado a alguns ganhos isolados (por pessoas e certas associações), sem aglutinar as forças, ou até o contrário, criado desconfianças e divisões.

Nesse processo de enfrentamento das violações dos direitos humanos, das famílias e trabalhadores, observa-se momentos diferenciados de organização da resistência em que os agentes vão compondo velhas e novas estratégias de organização política e articulação de outros agentes sociais no apoio à sua luta, alternando momentos de evidência protagonista de um determinado grupo social, com outros momentos de aglutinação de vários grupos em ações específicas.

Cruz, (2013) chama atenção que esses movimentos colocam na pauta social uma ideia de “cidadania e justiça que seja capaz, simultaneamente, de pautar-se na igualdade e na valorização das diferenças”, lutando por uma melhor distribuição material dos recursos e também por demandas de reconhecimento. Com é o caso da luta protagonizada pelas comunidades tradicionais que começam, a partir da primeira experiência de luta e conquista da comunidade quilombola Burajuba, organizar-se de forma articulada, para lutar pelo reconhecimento de suas comunidades como comunidade tradicional e conseguir a certificação e titulação. Segundo Maia e Marin (2015) os quilombolas de Burajuba esboçam uma força política no município, por meio de sua associação uma “unidade de mobilização” que aglutina por laços de solidariedade grupos em situações sociais diferenciadas de Barcarena. Nas sucessivas ações de expulsão praticadas pela CODEBAR, a comunidade liderava as manifestações nas vias públicas enfrentava polícia, e a associação conseguia aglutinar pessoas de outras comunidades para engrossar o movimento.

Depois da Burajuba, os quilombolas indígenas dos sítios São João, Conceição, Cupuaçu e Gebrié de São Lourenço retornaram às terras às margens do rio Murucupi na

década de 2010. Este movimento conseguiu garantir em 2016 a Certidão de Autodefinição da Fundação Palmares para todas estas comunidades, que enfrentam ainda muitos desafios, desde a sua coesão e organização interna a fim de garantir a afirmação legal de todos seus direitos e resistir às constantes ameaças de invasão de seus territórios.

Observa-se que a pauta do movimento protagonizado pelas comunidades tradicionais de um lado, expressa uma agenda redistributiva dos recursos e de outro, uma agenda pautada no reconhecimento. Tais reivindicações se colocam na cena pública em paralelo a outras reivindicações como caso dos trabalhadores do complexo industrial, representados pela organização sindical no município de Barcarena.

Na década de 1980 chegou um grande número de trabalhadores para a construção do complexo portuário-industrial-urbanístico, Alunorte, Porto da Vila do Conde e Eletronorte. Estes trabalhadores formaram uma associação que se transformou posteriormente em sindicato.

Na fábrica de Alumínio, Albras inaugurada em 1985 os trabalhadores eram ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos (SIMETAL), inserindo-se no “novo sindicalismo”, vinculado naquele momento à Central Única de Trabalhadores (CUT) fundada em 1983. Sob o “comando do SIMETAL com uma diretoria comprometida com o que de mais avançado havia no sindicalismo brasileiro” (SANTIAGO, 2008, 228), iniciaram-se greves maciças por melhores salários e condições de trabalho.

É nesse período que os operários da Albrás vivenciaram as lutas mais importantes da história do movimento sindical no Pará, principalmente a greve de agosto de 1990, onde conquistaram direitos econômicos e sociais importantíssimos, *com piquetes de greve, assembleias democráticas, apoio dos familiares e solidariedade de sindicatos versus intransigência do Estado e dos patrões capitalistas.* (...) Bem perto dos operários da ALBRAS acontecia uma greve dos trabalhadores da construção civil, responsáveis pela ampliação das instalações do complexo Albrás-Alunorte. (SANTIAGO, 2007, p. 201, 202)

O sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Pará vinha passando na década 1990 por uma transformação de rumo. A linha “aguerrida” do primeiro momento foi substituída, pouco a pouco, por uma linha da negociação com a empresa, a tal ponto de se transformar em um “sindicalismo de resultados”.

A nova história do Sindicato começa em 1994 com apoio a eleição do Almir Gabriel do PSDB e completa o seu ciclo com a filiação ao Central de “direita”, como Antunes (1995b) havia caracterizado a Força Sindical. (SANTIAGO, 2007, p. 231). Em 2006 se fundou o Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena (SIMEB), ligado a confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, da Força Sindical.

Outro sindicato, o Sindicato dos Químicos de Barcarena, foi fundado no dia 26 de junho de 1998, como iniciativa política de sindicalistas ligados à CUT e que teve o apoio de vários sindicatos Estaduais. Este sindicato representa os trabalhadores da fábrica de alumina, Alunorte. Segundo Gilvandro Santa Brígida, atual presidente do sindicato e vice-presidente do sindicato em 2006, foi uma necessidade política, visto que o Sindicato Estadual dos Químicos era atrelado a Força Sindical e se manifestava apenas nos momentos de fechar o acordo coletivo dos operários químicos, sem participar das grandes discussões na base (SANTIAGO, 2007).

Devido a força dos sindicatos evidenciados nas décadas 1980 e 1990, tanto os sindicatos se tornaram alvo de forças conservadoras (Força Sindical), como sofreram com interferências diretas por parte das empresas, influenciando nas eleições no sindicato e nas decisões internas. Ao mesmo tempo, os sindicatos, além de representar os interesses dos trabalhadores, em muitas ocasiões, foram solidários e atuaram junto com as associações de moradores e comunidades tradicionais assumindo conjuntamente a pauta pela redistribuição de recursos, na defesa do território das comunidades.

Essa aglutinação de forças sociais contra as violações dos direitos territoriais, sociais e trabalhistas levou a necessidade de reorganização estratégica do Estado, na condição de mediador dos conflitos socioambientais, assim como das empresas do polo industrial no enfrentamento da resistência local.

No fim dos anos 2000 e nos primeiros anos da década 2010 um novo espaço de resistência se constituiu em Barcarena, caracterizado por uma experiência de formação de lideranças de comunidades, movimentos e ONGs combinado com um diálogo institucionalizado entre empresas, poder público e sociedade civil.

Depois de (mais) um desastre socioambiental provocado pela empresa Imerys Rio Capim Caulim S/A, o MPE convidou, em 2008, no âmbito de um Termo de Ajuste de Conduta - TAC, o Instituto Internacional de Educação no Brasil - IEB⁵ para apresentar um Projeto de Fortalecimento Institucional e também o Instituto Evandro Chagas para realizar pesquisas em Barcarena.

Durante oito anos foram realizadas atividades de “fortalecimento da sociedade civil” e a formação de um Fórum Intersectorial de diálogo com representantes de empresas privadas, organizações da sociedade civil e diferentes esferas de governo. O fortalecimento foi

⁵ O IEB é uma ONG nacional, que se identifica como “terceiro setor” e que institucionalmente aposta no diálogo entre empresas, governo e sociedade civil para a conservação dos recursos naturais, com “compromisso com a sustentabilidade, o respeito à pluralidade e à diversidade, a justiça e a equidade social” (IEB, 2017).

estruturado em torno de processos formativos, com oficinas e cursos temáticos, diagnóstico sobre a situação legal das organizações da sociedade civil e levantamentos e mapeamentos (MORAES; SILVA, 2013).

A experiência do Fórum Intersetorial trouxe ganhos significativos na formação e capacitação de lideranças e representantes da sociedade civil (comunidades, associações, sindicatos, movimentos) e possibilitou uma aproximação e articulação entre as diferentes comunidades e pessoas. O coordenador executivo do IEB, baseada numa abordagem institucional e conceito de espaço socioambiental, formulou a sua compreensão do fórum como um espaço de busca de convergência, uma pactuação de uma agenda socioambiental, em prol do desenvolvimento (AMARAL, 2017)

Nas estratégias da sociedade civil em relação aos conflitos socioambientais e territoriais um Fórum com modelo de diálogo se torna automaticamente um campo de disputas e foco de estratégias de cada participante. Uma análise destes atores e correlação de forças é importante. A presença das empresas no Fórum, por exemplo, é dominada pela empresa norueguesa Hydro através de suas subunidades (Albrás, Alunorte, ABC), e se faz presentes através de representantes profissionais de comunicação e relação com a comunidade. Outras empresas são praticamente ausentes. Esta presença monolítica e profissional da empresa tende a submeter o Fórum a um funcionamento dentro dos limites postos pela Hydro. A representação do poder público se restringe a presença factual de representantes do governo municipal, enquanto outros atores cruciais, como o Governo do Estado e da União não fazem parte do Fórum.

Um debate fundamental em relação ao Fórum é a sua própria essência de existência: um espaço de diálogo para provocar transformações sociais e ambientais no município. Com uma presença minoritária da sociedade civil na coordenação, da Hydro como maior empresa existente em Barcarena e somente representantes do Governo Municipal, pode-se falar num diálogo entre desiguais, em termos de força, representação e interesses. O coordenador executivo do IEB expressou que superar as desigualdades de poder entre a sociedade civil e os demais atores poderia ser garantido através processos de capacitação (AMARAL, 2017). No boletim do IEB, representante da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), Aldalice Otterloo formulou uma questão assim: “O diálogo como forma de luta social tem crescido muito. Porém, é necessário monitorar os desdobramentos dos acordos celebrados no Espaço Público.” (IEB, 2011, p. 2).

Um aprendizado e reflexões em relação ao processo de formação do Fórum podem ajudar entender a situação atual no qual o movimento Barcarena Livre nasceu em 2016.

Primeiramente trata-se de uma concepção de estratégia de ação coletiva baseada num paradigma da funcionalidade dos movimentos sociais como parte funcional da modernidade que apontam para contradições e aperfeiçoamentos do sistema, no qual, na linha do modelo de participação da sociedade civil em conselhos e fóruns consultivos e deliberativos. Com Warren e Lüchmann (2004, p. 28) perguntamos, porém: se ao não incorporarem a dimensão do conflito, os conceitos de capital social e de governança não acabam reduzindo a noção de política, subvertida agora por noções como confiança, civismo, complementaridade, eficiência e colaboração?

Das 70 organizações inicialmente envolvidas, durante o processo de capacitações e formação do Fórum, a participação tem diminuído. Evidenciou-se a complexidade da organização da sociedade civil em Barcarena, cujas contradições e conflitos internos precisam ser foco de reflexão e estratégias de articulação. Vale ressaltar que muitas lideranças em Barcarena se fortaleceram e adquiriram conhecimento e força política dentro deste projeto e algumas delas fazem parte também do Movimento Barcarena Livre.

O movimento Barcarena Livre é o fruto de uma mobilização complexa de dois grupos da Universidade Federal do Pará, nos quais pesquisadores com histórica atuação de pesquisa e extensão no município de Barcarena se juntaram com movimentos sociais. Estes pesquisadores, ao organizar um seminário sobre desastres da mineração como resposta ao desastre em Minas Gerais em novembro de 2015, visaram abrir um debate sobre a lógica da mineração capitalista e seus inerentes efeitos desastrosos para as comunidades e o meio ambiente. Os pesquisadores visitaram várias comunidades em Barcarena e conversaram com representantes e moradores, tanto para convidá-los para o seminário quanto para colher sugestões para a programação e sua disposição para contribuir como palestrantes no seminário.

As primeiras inserções do Movimento Barcarena parecem indicar a formação de um movimento de intervenção social que combina objetivos de afirmação de identidade tradicional, organização social para conquista de direitos, capacitação organizativa e formação política, procurando desenvolver conhecimentos, competências e métodos necessários à produção da luta social.

Sua composição aglutina diferentes agentes sociais como: associações, centros comunitários, sindicatos, comunidades tradicionais e universidades que organizam ações conjuntas para o enfrentamento de situações sociais que possam trazer impactos negativos à vida cotidiana e violação dos direitos humanos dos moradores e trabalhadores. O movimento se expressa através da participação nas audiências no Plano Diretor Municipal, nas reuniões

com o Ministério Público Federal, nos fóruns das Secretarias Municipais, nas ações coletivas de aglutinação de forças políticas para resistir e lutar contra as reformas trabalhistas, previdenciárias e de regularização fundiária em curso no Brasil. Outra estratégia assumida é a organização de contra informações com a produção do Informativo Barcarena Livre Informa, que em seu primeiro número (2016) traz como tema “37 anos de desastres socioambientais em Barcarena”, com informações e dados elaborados conjuntamente por pesquisadores, lideranças comunitárias e sindicalistas (BARCARENA LIVRE, 2016).

O movimento Barcarena Livre e seu vínculo com as demandas históricas, de um lado, materializa a perspectiva de classe e a demarcação do campo democrático-popular de organização de forças sociais de resistência às ações do capital; e por outro lado, referido ao campo acadêmico, constitui-se como potencialidade à realização das ações extencionista e de pesquisas engajadas, entendendo que “a análise sobre os movimentos sociais não pode ser separada da análise de classe social, mas também não podemos resumir os movimentos a algo determinado pelas classes (GOHN, 2000, p. 11) e comprometidas na produção de informações e dados que subsidiem as ações do movimento.

À guisa de conclusão

Em que pese os tempos e espaços diferenciados, a organização e as lutas dos movimentos sociais em Barcarena estão ligados à denúncia da violência e destruição causada pelo capital e às estratégias de continuarem (re)existindo nos seus espaços em disputa territorial. Foi neste contexto de avanço da reestruturação produtiva que o protagonismo de grupos sociais, comunidades tradicionais e trabalhadores que surgiram estratégias de resistência e formação de grandes experiências de mobilização que já duram quatro décadas.

Interessante observar, no caso de Barcarena, que o enfrentamento ao avanço do capital na violação dos direitos das comunidades tradicionais e dos trabalhadores, em que pese a diferença de suas pautas específicas e conflitos decorrentes, se constituiu como força aglutinadora e fortalecimento da resistência local. Um fator explicativo pode estar no fato de que muitos dos trabalhadores do complexo industrial são membros de comunidades tradicionais ou são migrantes que fizeram de Barcarena seu lugar de moradia, nesse sentido, a sua dupla condição de lugar de pertencimento na luta (como morador, povo tradicional e trabalhador) lhe confere as condições de vivência da dupla violação de seus direitos, o que reforça o sentimento da organização social e política nessas duas frentes. Pode-se ainda asseverar que, nesse caso, a luta pelo direito ao território, fundamental na reprodução social

das populações tradicionais, agrega-se a luta do trabalhador morador tradicional do município de Barcarena.

Nessas novas estratégias de luta e práticas políticas as identidades centradas e fechadas são questionadas. Hall (2004) afirma que um dos efeitos trazidos pela globalização foi a possibilidade de tornar público novas identidades, com caráter mais político, posicional, plural e diverso; aforam a possibilidade em que os “velhos” agentes políticos se constituam em “novos” sujeitos políticos ou em novas posições – de- sujeito. (Hall, 2004). Isso fica evidente na organização do movimento social em Barcarena.

Pode-se inferir que nas diferentes fases ou etapas históricas da organização do movimento social local, as comunidades tradicionais e trabalhadores estiveram juntos em ações de mobilização social e enfrentamento direto as ações empresarias, nos fóruns de discussão, etc. Nesse caso conclui-se, de um lado, que mesmo no contexto da reestruturação produtiva, o protagonismo de comunidades tradicionais e trabalhadores possibilitaram forjar uma organização social e política que fortalece as estratégias de resistência frente ao avanço do grande capital na Amazônia. E de outro, demonstra a complexidade da organização política que compõe a resistência local, nos colocando o desafio teórico para a leitura dessa realidade sem cair nas análises simplistas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 6, nº 1. ANPUR. 2004, p. 9-32
- ANDES. **Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira**. Cadernos ANDES. Número 2. Janeiro/2013. Brasília/DF.
- BARCARENA LIVRE. Barcarena livre informa 1: 37 anos de desastres socioambientais em Barcarena. V.1. N. 1, 2016
- BRASIL. PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.
- BRINGEL, B. FALERO, A. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. Cadernos CRH. V 21, n 53, p. 269-288, 2008
- CARMO, E.D. **O Território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos socioculturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena**. 230 f. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CRUZ, C. W. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de território: uma nova gramática das lutas sociais? In ACSELRAD, H. (org.) **Cartografia Social, terra e território**. Rio de Janeiro, UFRJ/IPURR, 2013. Coleção Território, ambientes e conflitos nº 3.

FIALHO NASCIMENTO, N.S. **O Destino de uma comunidade “cabôca” frente a um grande projeto (o caso Montanha/Curupeté).** 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

FIALHO NASCIMENTO, Nadia Socorro; HAZEU, Marcel Theodoor; Socorro Grandes empreendimentos e contradições sociais na amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena/Pará. **Argumentum** (Vitória). , v.7, p.288 301, 2015

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.** Porto Alegre: UFRGS ; Brasília: MEX/SESu, 2005.

GOHN, M.G. Teoria dos movimentos sociais paradigmas Clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997

GOHN, M.G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Revista Mediações, v 5, n1, p. 11-40, 2000

HALL, S. **Identidade Cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro. DP&A, 2004.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005

HAZEU, M.T..**O NÃO-LUGAR DO OUTRO: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

IEB. **Boletim informativo dos Projetos de Fortalecimento Institucional de Barcarena** | Edição III julho a outubro de 2011 a barca notícias.

IEB. **Relatórios de auditoria** (2008-2014). IEB, Disponível em <<http://www.iieb.org.br/index.php/o-ieeb/transparencia/>>

LEITE, Maria da Trindade Ferreira; NUNES, Benevina Maria Vilar Teixeira. Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – um resgate histórico 1975-1986. **Revista Texto Contexto Enfermagem.** Florianópolis, 2009 Jul-Set; 18(3): 427-35.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

MAIA, M.L.S.; MOURA, E. A reorganização do espaço de trabalho e do espaço doméstico da família de Barcarena. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, p. 81-90, 1989. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1428/1405>>. Acesso em: 20 set. 2014.

MAIA, R.O.M, MARIN, R.E.A. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. **Anais...** 38 Encontro Anual da ANPOCS, 2014.

MORAES, M. R. L. NETO, S.F.; SILVA, J.G.C. (org.) **Fortalecimento institucional e criação de espaço público:** Sistematização da experiência em Barcarena, Pará. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2013.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena: um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais. 140f: **Dissertação** (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2005.

PETRONILO – Entrevistas realizadas em 2015 por Rosane Maia e por Marcel Hazeu. SANTIAGO, João Carlos da Silva. Trabalho e Capital na Amazônia Oriental: Movimento Operário versus reestruturação produtiva no Complexo Albrás-Alunorte – 1990 a

2005.**Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PPGCS/CFCH/UFPa, Março/2007.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN. Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimento sociais e sociedade civil no Brasil. *Revista Política e Sociedade*, Nº 5, p. 13-35, 2004.

SCOTT, J. C. A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013

TEXEIRA, J. B.; OLIVEIRA, E. E. A política social da Albrás destinada às populações ribeirinhas. In: Castro, E.; Moura, E.; Maia, M. (Org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPa, 1995. p. 261-284.

VASCONCELOS, A.M. de A. **Transformações sociais e lutas cotidianas no**

WALLERSTEIN, E. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: Vieira, P. A., Lima Vieira, R., & Filomeno, F. A. (org.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed., 2012, pp.17-28.